

Central Eólica
Praias de Parajuru
S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente**

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	18
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	19
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	19
8. FORNECEDORES	21
9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	21
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	22
11. PROVISÕES	24
12. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	25
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
14. RECEITA	28
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	29
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	30
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	30
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	33
19. COMPROMISSOS	38
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	39
PARECER DO CONSELHO FISCAL	42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado era de R\$35.000 mil, representado por 35.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (35.000.000 em 31 de dezembro de 2023), de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro de R\$38.305 mil em 2024, em comparação ao lucro de R\$35.378 mil em 2023, representando um aumento de 8,27%.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$65.021 mil em 2024, em comparação a R\$65.163 mil em 2023. A variação da receita é associada ao volume de energia gerada no período, sendo 92.814 MWh em 2024, comparado a 91.533 MWh em 2023.

Deduções à Receita Operacional

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.587 mil em 2024, comparados a R\$2.582 mil em 2023. As deduções à receita operacional acompanham a movimentação da receita.

Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$23.881 mil em 2024, em comparação a R\$32.252 mil em 2023, representando uma redução de 25,95%. Essa redução decorre, principalmente, da reavaliação do custo de desmantelamento de R\$6.867 realizado em dezembro de 2024 reduzindo o grupo de despesas.

Outras receitas

A Companhia reavaliou a estimativa dos custos para desmobilização e realizou uma reversão parcial do passivo. A parcela que excedeu ao montante reconhecido no ativo foi reconhecida como outras receitas, no montante de R\$6.867 mil.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2024 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$122 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R\$7.909 mil em 2023, representando uma redução

de 276%. Essa variação decorre, principalmente, da diminuição do rendimento de aplicações financeiras, onde houve o resgate de aplicações para pagamento de dividendos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$2.957 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Comparativamente, em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$5.542 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Essa redução decorre, principalmente, da menor receita financeira em 2024.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais. Em 2024, o LAJIDA da Companhia foi de R\$43.239 mil (R\$41.927 mil em 2023) e a Margem do LAJIDA foi de 66,50% (64,34% em 2023).

R\$ mil	2024	2023	Var. %
Resultado Líquido	38.305	35.378	8,27
Despesa de IR e CS	2.957	5.442	(45,66)
Resultado Financeiro	(122)	(7.909)	(98,46)
Amortização e Depreciação	9.296	9.016	3,11
LAJIDA	50.436	41.927	20,29

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$38.305 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.235 mil sejam destinados para constituição de reserva legal;
- R\$18.535 mil para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$18.535 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao acionista controlador pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.250	3.234
Títulos e valores Mobiliários	4	7.743	6.750
Contas a receber de cliente	5	18.792	19.148
Tributos Compensáveis	6	2.407	1.230
Outros ativos		193	143
TOTAL DO CIRCULANTE		34.385	30.505
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	2.920	-
Tributos compensáveis	6	1.406	1.245
Imobilizado	7	110.395	86.207
Direito de uso		109	141
Outros ativos		932	938
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		115.762	88.531
ATIVO TOTAL		150.147	119.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	17.389	4.551
Impostos, taxas e contribuições	9	894	872
Impostos de renda e de contribuição social a recolher	10a	-	146
Dividendos a pagar	13b	18.535	-
Arrendamentos		44	42
Outras Obrigações		604	603
TOTAL DO CIRCULANTE		37.466	6.214
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	9	1.763	1.270
Impostos de renda e de contribuição social diferidos	10b	303	261
Provisão para desmobilização de ativos	12	13.944	18.759
Provisão para contingências	11	559	485
Arrendamentos		73	104
Outros passivos		81	93
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.723	20.972
TOTAL DO PASSIVO		54.189	27.186
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	35.000	35.000
Reservas de lucros		60.958	56.850
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		95.958	91.850
PASSIVO TOTAL		150.147	119.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	14	65.021	65.163
CUSTOS	15		
Custos com energia elétrica		(3.490)	(3.478)
Custos de operação		(23.684)	(22.733)
		(27.174)	(26.211)
LUCRO BRUTO		37.847	38.952
DESPESAS			
Despesas gerais e administrativas	15	(1.392)	(1.397)
Outras despesas	15	(2.182)	(4.644)
Outras receitas	12	6.867	-
		3.293	(6.041)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		41.140	32.911
Receitas financeiras	16	2.642	9.939
Despesas financeiras	16	(2.520)	(2.030)
		122	7.909
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		41.262	40.820
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(2.915)	(7.131)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(42)	1.689
RESULTADO DO EXERCÍCIO		38.305	35.378
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$		446,26	412,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO PERÍODO	38.305	35.378
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	38.305	35.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	85.835	3.996	60.342	-	150.173
Redução de Capital	(50.835)	-	-	-	(50.835)
Aprovação de dividendos adicionais	-	-	(24.916)	-	(24.916)
Resultado do período	-	-	-	35.378	35.378
Destinação do resultado proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	1.769	-	(1.769)	-
Dividendos Intermediários 2023 (contempla mínimo obrigatório)	-	-	-	(17.950)	(17.950)
Dividendos adicionais propostos	-	-	15.659	(15.659)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	35.000	5.765	51.085	-	91.850
Resultado do período	-	-	-	38.305	38.305
Aprovação de dividendos adicionais	-	-	(15.662)	-	(15.662)
Destinação do resultado proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	1.235	-	(1.235)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(18.535)	(18.535)
Dividendos adicionais propostos	-	-	18.535	(18.535)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	35.000	7.000	53.958	-	95.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	38.295	35.378
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 15)	9.257	8.980
Amortização	39	36
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	2.957	5.442
PIS/COFINS diferidos	34	127
Variação monetária - desmobilização de ativos (Nota 12)	2.421	1.656
Provisões	69	181
Juros passivo de arrendamento	9	39
Baixa líquida de ativo imobilizado e intangível (Nota 8)	369	340
Rendas de aplicações financeiras	(1.662)	(9.835)
Reavaliação provisão para desmantelamento	(6.867)	-
	44.921	42.344
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	356	(2.494)
Tributos Compensáveis (Nota 6)	(1.338)	(472)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	365
Outros ativos	(51)	(107)
	(1.033)	(2.708)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 8)	12.838	2.701
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 9)	481	71
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.321)	(3.266)
Provisão para contingências	5	(108)
Outras obrigações	(370)	(13)
	11.633	(615)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	55.521	39.021
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.740)	(3.719)
Juros Recebidos	1.533	9.745
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	55.314	45.047
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações Em Títulos e Valores Mobiliários	(49.902)	(53.925)
Resgates Em Títulos e Valores Mobiliários	46.117	111.242
Adição ao Imobilizado e ao Intangível (Nota 7)	(33.814)	(9.471)
Depósitos vinculados	-	1.474
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(37.599)	49.320
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(15.662)	(51.171)
Redução de Capital Social	-	(50.835)
Arrendamentos pagos	(37)	(43)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(15.699)	(102.049)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.016	(7.682)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	3.234	10.916
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	5.250	3.234
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.016	(7.682)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Praias de Parajuru, localizada no município de Beberibe (CE).

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução Aneel nº 526/2002. O início da operação comercial da Central Eólica Praias de Parajuru se deu em setembro/2009.

Em 20 de dezembro de 2018, a Central Eólica Praias de Parajuru S.A. passou a ser uma subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

O aproveitamento da Central Eólica Praias de Parajuru é de 28,8 MW de potência instalada, distribuídos em 19 aerogeradores, modelo IMPSA V-77 de 1,516 MW, com torres de 85 metros de altura. Toda a energia é comercializada por meio do PROINFA.

Em fevereiro de 2025, a Central Eólica Praias de Parajuru está com todos seus 19 aerogeradores em operação.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$3.081 (positivo de R\$24.291 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, os investimentos e outras necessidades de caixa pelo menos para os próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Companhia acredita que suas operações têm capacidade de gerar recursos suficientes para continuar suas atividades no futuro previsível. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua continuidade operacional. Portanto, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 08 de julho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 11 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 12 – Desmobilização de ativos;
- Nota 18 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	<p>Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p>Essas alterações não impactaram materialmente as políticas contábeis já adotadas pela Companhia.</p>
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	<p>As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p> <p>A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”.</p>
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p> <p>A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.</p>

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
<p>Alterações nas normas CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</p>	<p>As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado.</p> <p>Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.</p> <p>O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.</p> <p>A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	<p>01/01/2025</p>
<p>Alterações ao CPC 48 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros</p>	<p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado.</p> <p>As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	<p>01/01/2026</p>
<p>CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</p>	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p> <p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p> <p>As alterações de escopo restrito foram feitas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p> <p>Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	<p>01/01/2027</p>

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2027
CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e CPC 18 (R3) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	<p>Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i>.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração pois não possui investimentos e não realiza consolidação.</p>	Ainda não definido

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a.%		2024	2023
		2024	2023		
Contas bancárias				1.796	51
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	CDI	-	99,0% CDI	-	108
Overnight ⁽¹⁾	Pré-fixada	11,91% a 12,15 %	11,42% 11,65%	3.454	3.075
Total				5.250	3.234

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as políticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a.%		2024	2023
		2024	2023		
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB				-	644
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98% CDI	6.063	4.161
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a.a. a 11,85% a.a	1.571	1.876
Outros				109	69
				7.743	6.750
Não Circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98% CDI	2.920	-
				10.663	6.750

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 18. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2024	2023
Ativo Circulante		
Venda de energia faturada	7.251	8.546
Ajuste de energia (a)	11.541	10.602
Total do contas a receber	18.792	19.148

- (a) O ajuste de excedente de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada pela Eletrobras no ano corrente. O valor do ajuste de energia gerada ao final dos doze meses do ano corrente, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício e garantia de pagamento pela Eletrobras de valor mínimo de faturamento mensal correspondente à 70% da energia contratada.

	2024	2023
Energia gerada em MWh (1)	92.814	91.533
Energia faturada/contratada em MWh (1)	73.525	73.525
Ajuste de energia em MWh (1)	19.289	18.008
Ajuste de energia em R\$ mil	11.541	10.602

- 1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 18.

Política contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A parcela não faturada refere-se ao ajuste de excedente de energia.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2024	2023
Circulante		
COFINS	1.326	977
PASEP	329	253
Imposto de renda e Contribuição Social	752	-
	2.407	1.230
Não Circulante		
COFINS	246	164
PASEP	1.136	759
Imposto de renda e Contribuição Social	24	322
Total	1.406	1.245

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa média anual de depreciação/a mortização (%)	2024			2023		
		Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço							
Móveis e utensílios	6,25	37	(27)	10	37	(25)	12
Máquinas e equipamentos (1)	5,15	211.878	(139.598)	72.280	208.858	(130.347)	78.511
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,52	47	(12)	35	47	(8)	39
Imobilizado em curso		38.070	-	38.070	7.645	-	7.645
Total do Imobilizado		250.032	(139.637)	110.395	216.587	(130.380)	86.207

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2024	Adições Líquidas = (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2024
Imobilizado em serviço								
Máquinas e equipamentos	208.858	-	(369)	3.389	211.878	3.020	(139.598)	72.280
Móveis e utensílios	37	-	-	-	37	-	(27)	10
Edificações, obras civis e benfeitorias	47	-	-	-	47	-	(12)	35
						-		
Imobilizado em curso	7.645	33.814		(3.389)	38.070	30.425	-	38.070
Total do Imobilizado	216.587	33.814	(369)	-	250.032	33.445	(139.637)	110.395

	Valor Bruto em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2023	Adições Líquidas = (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2023
Intangível								
Licença de uso de software	32	-	-	-	32	-	(32)	-
Total do Intangível	32	-	-	-	32	-	(32)	-
Imobilizado em serviço								
Máquinas e equipamentos	205.284	-	-	3.574	208.858	3.574	(130.347)	78.511
Móveis e utensílios	37	-	-	-	37	-	(25)	12
Edificações, obras civis e benfeitorias	47	-	-	-	47	-	(8)	39
						-		
Imobilizado em curso	2.088	9.471	(340)	(3.574)	7.645	5.557	-	7.645
Total do Imobilizado	207.456	9.471	(340)	-	216.587	9.131	(130.380)	86.207
Imobilizado + Intangível	207.488	9.471	(340)	-	216.619	9.131	(130.412)	86.207

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. Com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2024, a taxa média de depreciação anual foi de 5,15% (5,00% em 2023), para o imobilizado.

Política contábil

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os ativos intangíveis compreendem os *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

A amortização é calculada sobre o saldo das ativos intangíveis, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

8. FORNECEDORES

	2024	2023
Materiais e serviços	17.389	4.274
Encargos de uso da rede elétrica	-	277
Total	17.389	4.551

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Circulante		
ICMS	1	15
COFINS	316	316
PASEP	68	68
INSS	212	208
Outros	297	265
	894	872
Não Circulante		
COFINS	1.449	1.044
PASEP	314	226
	1.763	1.270
Total	2.657	2.142

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2024	2023
Circulante		
Imposto de Renda	(196)	(184)
Contribuição Social	(78)	330
TOTAL	(274)	146

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de Renda	202	174
Contribuição Social	101	87
TOTAL	303	261

A Companhia possui passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos passivos fiscais diferidos é como segue:

	Saldo em 31/12/2023	DRE	Saldo em 31/12/2024
Não Circulante			
Imposto de Renda LP Caixa X Competência	174	28	202
Contribuição Social LP Caixa X Competência	87	14	101
	261	42	303

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2024	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	66.669	66.669
Percentual de Presunção	8%	12%
	5.334	8.000
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.665	1.665
Outras Receitas Financeiras	939	939
Base de Cálculo Lucro Presumido	7.937	10.604
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.191	954
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	770	0
IR e CS - Lucro Presumido	1.960	954
Rendas Aplicações	1.704	1.704
Provisão Rendas Aplicações	(1.665)	(1.665)
Rendas Aplicações Não-resgatadas	39	39
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos	10	3
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	939	939
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	75	113
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	19	10
Corrente	1.960	955
Diferido	28	14
	2023	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	64.279	64.279
Percentual de Presunção	8%	12%
	5.142	7.713
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	15.159	15.159
Outras receitas financeiras	62	62
Base de Cálculo Lucro Presumido	20.364	22.935
Alíquota	15%	9%
IR e CS	3.055	2.064
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	2.012	-
IR e CS - Lucro Presumido	5.067	2.064
Rendas não resgatadas	5.283	5.283
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos	1.321	475
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		

	2023	
	Imposto Renda	Contribuição Social
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(3.466)	(3.466)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	(277)	(416)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	(69)	(37)
Corrente	5.067	2.064
Diferido	(1.251)	(438)

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas tributadas pelo regime de caixa.

11. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia é parte dos seguintes processos judiciais e administrativos:

	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
Provisões					
Outras	485	74	-	-	559
	485	74	-	-	559

	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
Provisões					
Tributárias	-	98	-	(98)	-
Outras	412	79	-	(6)	485
	412	177	-	(104)	485

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia é parte de processos de natureza patrimonial e administrativa, relacionados a indenizações para aquisição de áreas de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia, sendo provisionado o valor de R\$559 (R\$485 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$15.818 (R\$25.768 em 31 de dezembro de 2023).

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

12. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato e cujo impacto contábil é avaliado em consonância com o ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução Autorizativa ANEEL nº 526/2002, a Companhia está autorizada a operar até setembro de 2032. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos custos estimados para desmobilização foi a NTN-B Principal 6,07% a.a.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2022	464
Amortização	(48)
Remensuração	-
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2023	416
Amortização	(48)
Remensuração	(368)
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2024	-

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.103
Variação Monetária	1.656
Remensuração	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.759
Variação Monetária	2.421
Remensuração	(7.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.944

A Companhia reavaliou a estimativa dos custos para desmobilização e realizou uma reversão de R\$7.236 no passivo. A parcela que excedeu ao montante reconhecido no ativo foi reconhecida como outras receitas nas Demonstrações dos Resultados.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$35.000, representado por 35.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (35.000.000 em 31 de dezembro de 2023), de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas

Reserva de Lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2024	2023
Reserva legal	7.000	5.765
Retenção de lucros	53.958	51.085
	60.958	56.850

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$1.235 de Reserva Legal em 2024, considerando o atingimento de 20% do Capital Social.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	38.305	35.378
Reserva Legal Constituída	(1.235)	(1.769)
	37.070	33.609
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 50%	18.535	16.805
Dividendos adicionais propostos	18.535	16.804

Destinação do resultado de 2024 – Proposta da Administração

Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$38.305, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.235 sejam destinados para constituição de reserva legal;
- R\$18.535 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$18.535 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

14. RECEITA

	2024	2023
Venda de energia	67.608	67.745
Deduções à receita operacional (a)	(2.587)	(2.582)
Receita Operacional Líquida	65.021	65.163

(a) Deduções à Receita Operacional

	2024	2023
PIS/COFINS correntes	(2.433)	(2.346)
PIS/COFINS diferidos	(34)	(127)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	(120)	(109)
Total das deduções	(2.587)	(2.582)

Política contábil

As receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

O ajuste de excedente de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano corrente. O fornecimento de energia é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente. A Companhia auferre receitas provenientes do fornecimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Custos com energia elétrica

	2024	2023
Encargos de uso da rede básica de transmissão	3.490	3.478
	3.490	3.478

b) Custos e despesas

	Custos		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Material	516	713	-	-	-	-	516	713
Pessoal e administradores	-	-	1.392	1.397	-	-	1.392	1.397
Depreciação e amortização	9.296	9.016	-	-	-	-	9.296	9.016
Serviços de terceiros	12.440	11.733	-	-	1.383	1.003	13.823	12.736
Provisões	-	-	-	-	69	181	69	181
Despesa contratual	-	-	-	-	-	2.807	-	2.807
Arrendamentos e Aluguéis	1.422	1.260	-	-	-	-	1.422	1.260
Outros	10	11	-	-	730	653	740	664
Total	23.684	22.733	1.392	1.397	2.182	4.644	27.258	28.774

1) As despesas gerais e administrativas se referem, em sua maioria, ao reembolso de gastos decorrentes do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos celebrado pela Companhia e demais empresas do Grupo. Maiores informações vide nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras."

c) Serviços de terceiros

	2024	2023
Manutenção, Conservação e Instalação	10.538	8.904
Mão de obra contratada	1.565	1.388
Tecnologia da Informação	316	366
Vigilância	334	324
Meio Ambiente	131	187
Conservação e Limpeza de Prédios	289	140
Auditoria Externa	36	34
Consultoria	24	14
Transporte	11	57
Regularização de Imóveis	263	93
Estudos e avaliações de imóveis	181	52
Outros	135	1.177
TOTAL	13.823	12.736

d) Outras receitas

	2024	2023
Reavaliação provisão para desmantelamento	6.867	-

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.704	9.877
Variações monetárias	42	46
Variações cambiais	885	-
Outras receitas financeiras	11	16
	2.642	9.939
Despesas Financeiras		
Varição monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(2.421)	(1.656)
Outras despesas financeiras	(99)	(374)
	(2.520)	(2.030)
Resultado Financeiro	122	7.909

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos e à variação monetária da provisão para desmobilização de ativos.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	586	-	-	(740)	(586)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	433	-	-	-	(774)	(741)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	294	223	-	-	(1.565)	(1.388)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Notas de crédito

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Notas de crédito								
Central Eólica Volta do Rio S.A.	843	843	-	-	-	-	-	-

A Companhia possui direito a reembolso junto à Central Eólica Volta do Rio em função de pagamentos de despesas realizados em nome das Centrais Eólicas Praias de Parajuru por serviços prestados pela WEG para a recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	18.535	-	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$14.777. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes nota explicativa nº 13.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	3.454	3.075	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	7.743	6.750	-	-	171	124	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	2.920	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes

aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	93	91
Participação nos resultados	28	20
Previdência privada	7	7
Total (1)	128	118

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as políticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Contas a receber de cliente		18.792	18.792	19.148	19.148
Títulos e Valores Mobiliários		109	109	69	69
Partes relacionadas		879	879	879	879
		19.780	19.780	20.096	20.096
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	2	3.454	3.454	3.183	3.183
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	-	-	644	644
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	8.983	8.983	4.161	4.161
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.571	1.571	1.876	1.876
		14.008	14.008	9.864	9.864
		33.788	33.788	29.960	29.960
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(17.389)	(17.389)	(4.551)	(4.551)
		(17.389)	(17.389)	(4.551)	(4.551)

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósitos Interbancários - CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	3.454	3.183
Títulos e Valores Mobiliários	7.743	6.750
	11.197	9.933
Ativo Líquido Exposto	11.197	9.933

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.922	14.435	-	-	1.032	17.389
Passivo de arrendamento	4	8	33	83	-	128
	1.926	14.443	33	83	1.032	17.517

Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- Contas a receber de clientes;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

19. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento Mensal
367,02	02/02/2002	02/02/2030	28 anos	2% da Receita Operacional

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

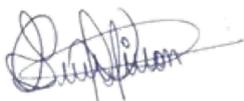
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Praias de Parajuru S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de 2025.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2025.

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro Fiscal

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro Fiscal

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal